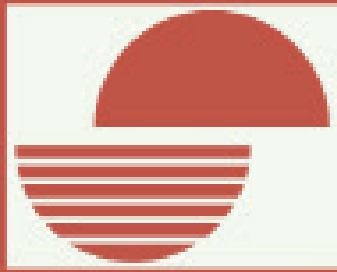


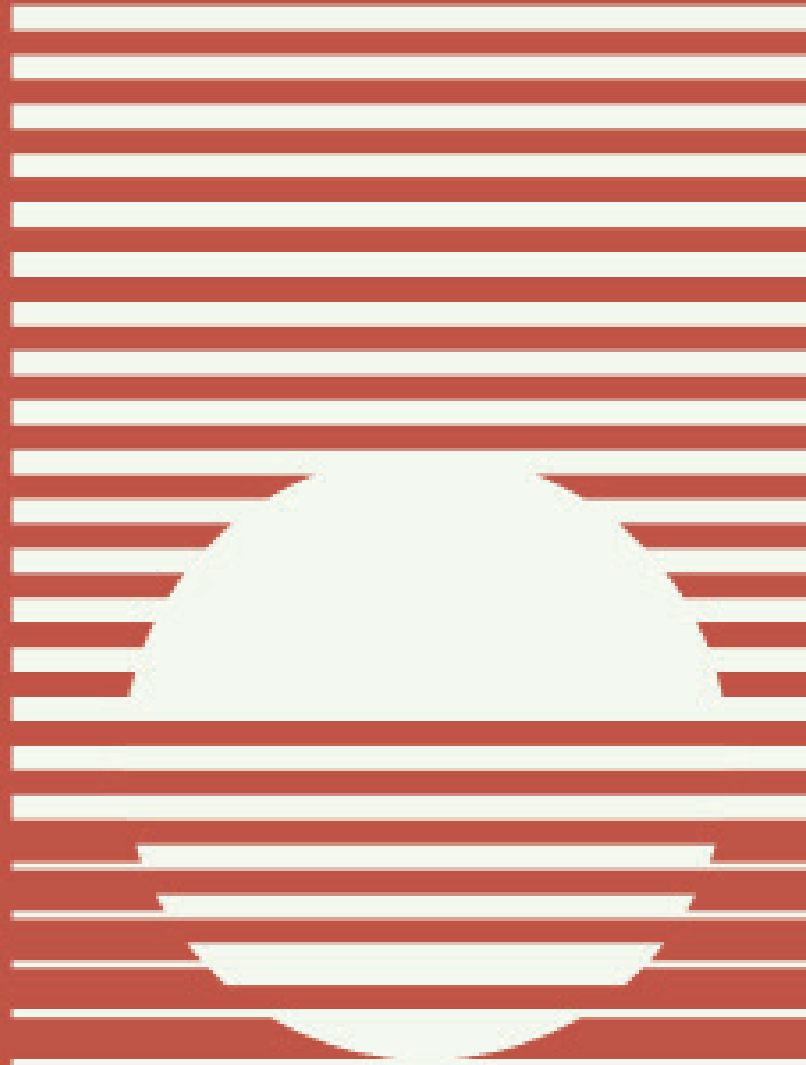
ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

03
2019



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Patrícia Porto de Barros

Editor Adjunto: Roger Lucas Correa Martins

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruña Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Fernanda Ramos Ferreira, Giovana Esther Zucatto, Hugó Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Conde, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar, Liara Farias Bambirra, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

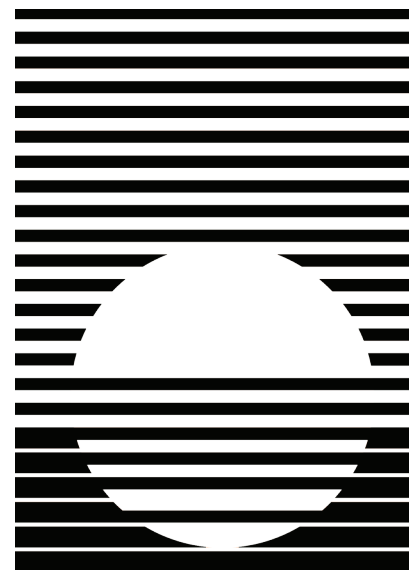
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Visita de Bolsonaro aos EUA marca reorientação da política externa brasileira
Ida de Bolsonaro ao Chile gera reações na sociedade civil e política
Bolsonaro realiza visita oficial ao Chile

Página 05

Viagens do governo Bolsonaro provocam constrangimentos, preocupações e frustrações
Ex-presidente Michel Temer é preso pela Operação Lava-Jato

Página 06

Nova gestão no Itamaraty exonera diretor de instituto de pesquisa do Ministério
Governo brasileiro muda de posição nas pautas de direitos humanos

Página 07

Conferência celebra 40 anos do Plano de Ação de Buenos Aires
Equador estreita relações com instituições financeiras internacionais
Aumentam as críticas à Política Externa do governo Piñera

Página 08

PROSUL é lançado com exclusão da Venezuela
Apagão elétrico aprofunda crise na Venezuela

Página 09

Potências extrarregionais agem frente a crise venezuelana
Comércio de petróleo entre Rússia e Venezuela provoca reação estadunidense

Página 10

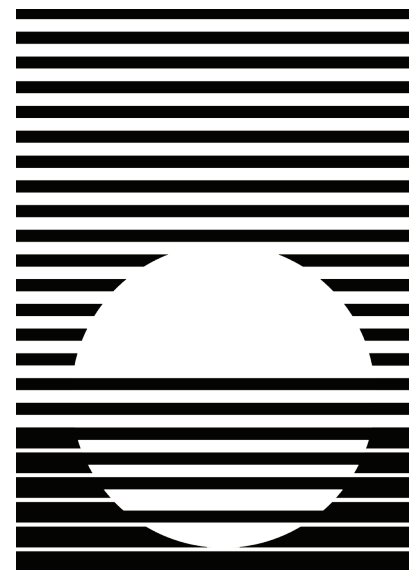
Ciclone Idai atinge o sudeste da África
SADC realiza conferência em solidariedade ao Saara Ocidental
Presidente mexicano sugere pedido de desculpas aos povos originários pela colonização

Página 11

AMLO é acusado de estar aderindo à agenda migratória de Trump
Diálogo entre China e EUA avança, mas um acordo comercial ainda parece distante
Erdoğan lida com conjuntura delicada por conta das eleições locais

Página 12

8M: Mulheres reivindicam seus direitos com força pelo mundo
Diversos movimentos sociais clamam por justiça



Visita de Bolsonaro aos EUA marca reorientação da política externa brasileira

Entre os dias 17 e 19 de março, o presidente recém-eleito do Brasil, Jair Bolsonaro, realizou sua primeira visita de Estado ao viajar aos EUA e encontrar-se com seu homólogo, Donald Trump. Além de romper com a tradição diplomática brasileira de iniciar o governo com uma viagem à Argentina, a ida de Bolsonaro aos EUA resultou em diversas iniciativas que demonstram uma clara reorientação da política externa brasileira. Exemplo emblemático nesse sentido foi a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas para o uso comercial do centro de lançamento aeroespacial de Alcântara, no estado do Maranhão. O acordo, cujas negociações haviam sido suspensas ainda no final do governo Fernando Henrique Cardoso e só foram retomadas com o governo Temer, prevê que os EUA poderão lançar satélites e foguetes a partir da base brasileira. Além deste, foram assinados acordos de cooperação entre as agências aeroespaciais e policiais de ambos os países. De igual modo, foram encetadas conversações a respeito da possibilidade do Brasil se tornar um aliado extra-OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Ademais, em troca do apoio estadunidense à candidatura brasileira de ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o governo Bolsonaro concordou em abrir mão do tratamento especial que o Brasil recebe na Organização Mundial do Comércio (OMC), na qualidade de país em desenvolvimento. Outros temas tratados no encontro de cúpula foram a crise na Venezuela, o comércio bilateral e o fim da exigência de visto de entrada de estadunidenses no Brasil. Sobre este assunto, em particular, foi publicado, no dia 18 de março, um decreto presidencial que dispensa o visto para turistas da Austrália, Canadá, EUA, e Japão em viagem ao Brasil.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 02/03/2019; [G1](#), 17/03/2019; [El País](#), 18/03/2019; [G1](#), 18/03/2019; [G1](#), 18/03/2019; [G1](#), 19/03/2019; [Estadão](#), 20/03/2019.

Ida de Bolsonaro ao Chile gera reações na sociedade civil e política

Em 21 de março, Bolsonaro iniciou sua segunda viagem oficial, com destino ao Chile. Segundo o governo brasileiro, a escolha do país como primeiro destino de viagem na América do Sul teria três explicações: o alinhamento ideológico entre os dois presidentes, a oportunidade de organizar uma nova cúpula de países

da América do Sul e o fato de o Chile ser o segundo principal parceiro comercial do Brasil na região. No entanto, a recepção por parte da sociedade civil e política do Chile não foi muito positiva, em vista das declarações de Bolsonaro e do Ministro Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni – feitas antes da visita oficial – que louvaram a ditadura chilena e elogiaram o ex-ditador Augusto Pinochet, especialmente por seus feitos econômicos. O primeiro sinal de rejeição à visita do presidente brasileiro foi manifestado pelas direções do Congresso chileno, quando o presidente do Senado, Jaime Quintana, e o presidente da Câmara dos Deputados, Iván Flores, se recusaram a participar de um almoço que o governo do Chile ofereceu ao presidente brasileiro, no dia 22 de março. Por parte da sociedade civil, contando com a participação de militantes dos movimentos feminista e LGBT, de sindicatos e de partidos de esquerda, nos dois dias em que Bolsonaro esteve no Chile, foram organizados protestos e marchas contrários à sua presença no país, assim como à criação do Prosul. O próprio presidente, Sebastián Piñera, encarregou-se de marcar distância com o seu par brasileiro ao mencionar que o presidente brasileiro fizera observações “infelizes” sobre a ditadura e sobre as vítimas desse período. Vale ressaltar que Piñera condena a ditadura pinochetista (1973-1990) e sempre fez questão de afirmar que votou pelo “não” no plebiscito de 1989, que decidiu pela continuidade do regime militar.

Fontes: [BBC](#), 21/03/2019; [BBC](#), 22/03/2019; [Estado de Minas](#), 23/03/2019; [Folha](#), 24/03/2019.

Bolsonaro realiza visita oficial ao Chile

No dia 22 de março, Bolsonaro e os presidentes de outros países sul-americanos, como Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru, assinaram a Declaração de Santiago. O documento teve como mote central a proposta da criação do Prosul, fórum de desenvolvimento e integração regional, que deve substituir a União das Nações Sul-Americanas (Unasul). No dia 23, Bolsonaro participou de evento oferecido pela Sociedade de Fomento Fabril do Chile e, no mesmo dia, reuniu-se com Sebastián Piñera, em uma reunião presidencial, com objetivo de fortalecer a agenda bilateral dos Estados e dar novos rumos à integração entre os países sul-americanos. Como resultado da visita, foram publicados uma Declaração Conjunta Presidencial e um Plano de Trabalho, por ambas as partes. Dentre as pautas da reunião ficou decidido que Brasil e Chile reafirmam o compromisso da

construção de um corredor que irá unir o Centro-Oeste do Brasil com os portos do Norte do Chile. Afirmaram também que irão contribuir para restaurar a democracia na Venezuela, indicando a necessidade da realização de eleições presidenciais livres e justas, conforme os padrões internacionais e sob observação internacional independente. Finalmente, foi reiterado o apoio chileno à candidatura brasileira ao ingresso na Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Um dos temas que teve maior destaque foi o compromisso dessas nações em impulsionar o aperfeiçoamento da integração econômica, com vistas a estabelecer uma área de livre comércio de nova geração entre os Estados-partes do Mercosul e os países-membros da Aliança do Pacífico. De acordo com o Plano de Trabalho estabelecido, durante o encontro presidencial, ficou definido como prioridade máxima a tramitação do Acordo de Livre Comércio assinado em novembro de 2018 pelos dois países, a fim de obter a aprovação parlamentar em ambos os Estados ainda em 2019. Este mesmo plano também abordou temas como a cooperação técnica, acordos e cooperação militar e cibernética, acordos relativos às questões consulares e migratórias, além de diversos assuntos comerciais. Na mesma ocasião, no dia 22 de março, Bolsonaro e os presidentes de outros países sul-americanos, como Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru, assinaram a Declaração de Santiago. O documento teve como mote central a proposta da criação do Prosul, fórum de desenvolvimento e integração regional, que deve substituir a União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Fontes: [G1](#), 23/03/2019; [Itamaraty](#), 23/03/2019; [ParanaCooperativo](#), 25/03/2019.

Viagens do governo Bolsonaro provocam constrangimentos, preocupações e frustrações

No mês de março, as atenções da comunidade ambiental e climática estiveram voltadas para as viagens internacionais de Jair Bolsonaro, que incluíam no roteiro uma visita aos EUA e ao Chile. Na primeira parada, em Washington, Bolsonaro e Donald Trump discutiram uma série de oportunidades de negócios, sobretudo no setor energético. No pacote de promessas do presidente brasileiro, acendeu-se o alerta de preocupação da sociedade civil no que tange à possibilidade de extração de urânio no Brasil. Enquanto isso, o agronegócio, setor identificado como um dos principais apoiadores do governo Bol-

sonaro, não entrou na pauta oficial. Ao passo que, na mesma semana, China e EUA fecharam um acordo comercial de importação na área da agricultura. Em seguida, Jair Bolsonaro teve seu primeiro encontro com o presidente chileno, Sebastián Piñera, após o comunicado de que o Chile sediará a COP 25. O novo governo brasileiro recusou-se a sediar o evento e se manteve em silêncio sobre o tema durante a visita ao país vizinho. Agora, sob responsabilidade do Chile, a COP 25 e a governança global do clima aguardam os desdobramentos dessa nova geopolítica regional, inclusive com o anúncio de criação do Prosul, a nova organização governamental sul-americana impulsionada por Bolsonaro e Piñera, e que deve assumir o lugar da Unasul. Afirmando que “o Brasil não deve nada ao mundo” quanto à preservação ambiental, Bolsonaro não elucidou o papel que assumirá o Brasil na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, mas confirmou que uma delegação oficial brasileira participará da COP 25. Também em viagem ao exterior, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, participou da Assembleia da ONU Meio Ambiente, no Quênia, onde aproveitou para falar da situação de populações mais vulneráveis a eventos extremos, mas sem mencionar – da mesma forma que Bolsonaro – a palavra “clima”.

Fontes: [G1](#), 07/03/2019; [IstoÉ](#), 08/03/2019; [Bloomberg](#), 14/03/2019; [Valor Econômico](#), 14/03/2019; [Folha de S. Paulo](#), 15/03/2019; [O Globo](#), 16/03/2019; [RT](#), 24/03/2019.

Ex-presidente Michel Temer é preso pela Operação Lava-Jato

Em 21 de março de 2019, o ex-presidente Michel Temer foi preso preventivamente em São Paulo, após pedido do juiz Marcelo Bretas, da operação Lava Jato do Rio de Janeiro. A justificativa do juiz em realizar a prisão preventiva foi a de que ela evitaria a destruição de provas e garantiria a ordem pública. A investigação apura crimes de corrupção, peculato e lavagem de dinheiro e é um desdobramento das operações Radioatividade, Pripyat e Irmandade, que investigaram desvios na Eletronuclear para a construção da usina de Angra 3. Segundo o Ministério Público Federal, o montante de propinas pagas pelo grupo de Temer chega a R\$ 1,8 bilhão. Os advogados de defesa afirmaram que não há fundamento para a prisão decretada e que se trata de um abuso de direito. Além disso, enfatizaram que não há nenhuma prova que aponte a participação de seu cliente nas acusações. A prisão de Temer repercutiu no âmbito político, onde alguns

parlamentares mencionaram o constrangimento de se prender um ex-presidente e criticaram os motivos relativos à mesma. Outros louvaram o trabalho da Justiça e da operação Lava Jato. O vice-presidente Hamilton Mourão lamentou o ocorrido. A prisão também repercutiu na imprensa internacional. Veículos de comunicação da Argentina, da Europa e dos EUA deram destaque à notícia. Os jornais frisaram que Temer é investigado devido a problemas de corrupção, além de ter sido vice-presidente de Dilma Rousseff e ter assumido o poder após sua destituição. Em 25 de março de 2019, o desembargador Antonio Ivan Athié, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, aceitou o pedido de habeas corpus da defesa e determinou a soltura de Temer. Em resposta, o Ministério Público Federal anunciou que vai recorrer da decisão.

Fontes: [O Globo](#), 21/03/2019; [O Globo](#), 21/03/2019; [Estadão](#), 21/03/2019; [G1](#), 21/03/2019; [G1](#), 21/03/2019; [G1](#), 21/03/2019; [Folha de S. Paulo](#), 22/03/2019; [G1](#), 25/03/2019; [Estadão](#), 25/03/2019.

Nova gestão no Itamaraty exonera diretor de instituto de pesquisa do Ministério

Após promover uma série de mudanças na estrutura institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a nova gestão do Itamaraty, comandada pelo chanceler Ernesto Araújo, decidiu exonerar, no dia 4 de março, o diplomata Paulo Roberto de Almeida do cargo de diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), vinculado ao Ministério. Segundo nota oficial do Itamaraty, a decisão já fazia parte dos planos de remanejamento dos principais cargos de chefia do MRE. Entretanto, para o diplomata Paulo Roberto de Almeida, o fator determinante de sua demissão foi a publicação, em seu blog pessoal na internet, de artigos críticos à política externa atual que “causaram incômodo” ao ministro Ernesto Araújo. Os artigos foram escritos por personalidades importantes da política brasileira, nomeadamente o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-ministro e embaixador aposentado Rubens Ricúpero. Tanto Cardoso quanto Ricúpero condenaram o excesso de ideologia nas decisões do novo chanceler expresso no alinhamento automático e na subordinação do Brasil aos interesses estadunidenses. A despeito de não ter feito críticas a Araújo, Almeida censurara, em outra ocasião, Olavo de Carvalho, considerado o mentor intelectual do governo de Jair Bolsonaro e o responsável pela indicação de Araújo à chancelaria. As críticas às novas diretrizes da diplomacia brasileira não se restringiram, contudo, a personalidades políticas. Após

aula magna ministrada pelo chanceler Ernesto Araújo para alunos do Instituto Rio Branco no dia 11 de março, setores do agronegócio brasileiro manifestaram apreensão e repúdio ao viés anti-China na política externa do atual governo. Além do remanejamento de cargos de chefia, a nova gestão do Itamaraty pretende, a pedido do presidente Bolsonaro, substituir os principais embaixadores do país no exterior, o que resultará na troca de comando em 15 representações diplomáticas, dentre as quais a dos EUA e a da França.

Fontes: [G1](#), 04/03/2019; [Estadão](#), 04/03/2019; [Folha de S. Paulo](#), 11/03/2019; [G1](#), 14/03/2019; [Folha de S. Paulo](#), 15/03/2019; [Folha de S. Paulo](#), 22/03/2019; [Folha de S. Paulo](#), 25/03/2019.

Governo brasileiro muda de posição nas pautas de direitos humanos

Desde o início do mandato do presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, a política externa brasileira e a pauta dos direitos humanos mudaram bastante de rumo. Em março, o governo ameaçou sair da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata de direitos dos povos indígenas e tribais. No dia 5 de março, o ministro das Minas e Energia declarou que o governo planeja permitir a atividade de mineração em terras indígenas e zonas de fronteira. Outro rompimento com a tradição diplomática brasileira foi o voto contra os palestinos, no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. As resoluções rejeitadas versavam sobre a reparação judicial por crimes cometidos durante conflitos em Gaza em 2018 e a condenação de Israel por violações aos direitos humanos na ocupação das Colinas de Golã. Segundo investigação comandada pela ONU, pelo menos 189 manifestantes palestinos desarmados foram assassinados por soldados israelenses. O chanceler Ernesto Araújo, em seu Twitter, declarou que o Brasil está rompendo com a tradição injusta, antiamericana e “terceiro-mundista”. A viagem do presidente Jair Bolsonaro a Israel está sendo alvo de protestos por parte dos palestinos. Isto reflete a postura que o governo tomou em relação a Palestina. Em novembro de 2018, Bolsonaro declarou que pretende mudar a Embaixada do Brasil de Tel Aviv para Jerusalém, o que violaria resoluções do Conselho de Segurança da ONU. No dia 25 de março, o governo brasileiro determinou que o Ministério de Defesa realizasse a comemoração dos 55 anos do golpe que deu início à ditadura militar no Brasil. O Ministério Público Federal lançou uma nota de repúdio ao ato, lembrando as sistemáticas violações aos direitos humanos que ocorreram durante os 21 anos de ditadura. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados

gados do Brasil (OAB) recorreu a ONU denunciando Bolsonaro por violar direitos humanitários ao tentar modificar a narrativa do golpe militar e desconsiderar os crimes cometidos.

Fontes: [Revista Fórum](#), 05/03/2019; [Opera Mundi](#), 22/03/2019; [Prensa Latina](#), 27/03/2019; [Prensa Latina](#), 27/03/2019; [Valor](#), 27/03/2019.

Conferência celebra 40 anos do Plano de Ação de Buenos Aires

Entre os dias 18 e 22 de março de 2019, 1.500 delegados de 160 Estados, além de inúmeras ONGs e acadêmicos se encontraram em Buenos Aires, no âmbito da segunda Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, que celebrou os 40 anos do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA). O plano, assinado em setembro de 1978, é considerado um guia para a Cooperação Sul-Sul (CSS), enfatizando a autodeterminação dos povos e a endogenia do desenvolvimento. A Conferência de 2019, onde se destacaram China e Índia como os principais líderes, reforçou a centralidade da CSS na Agenda 2030, particularmente nos temas relativos à segurança alimentar, saúde, tecnologia, gênero e meio ambiente. A declaração final, muito menos política do que a de 1978, buscou associar a CSS aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e ao Acordo de Paris sobre mudanças climáticas. Além da cúpula de cooperação, foram realizados mais de 130 eventos paralelos, contando com a participação de ONG, acadêmicos e organizações internacionais. Aspecto interessante do evento, a CSS sempre foi mencionada ao lado da cooperação triangular, ambas colocadas como fundamentais para a implementação da Agenda 2030. O impacto na mídia argentina foi mínimo e, no Brasil, a Conferência foi criticada como mais um resquício da agenda do Partido dos Trabalhadores (PT) na política externa brasileira.

Fontes: [UN South-South](#), 19/03/2019; [La Nación](#), 20/03/2019; [Telesur TV](#), 22/03/2019; [UN News](#), 22/03/2019; [Agencia EFE](#), 22/03/2019; [CGTN América](#), 22/03/2019; [UN news](#), 25/03/2019; [Conversación Global](#), 25/03/2019; [O Estado de SP](#), 25/03/2019; [El país](#), 27/03/2019; [Katmandu Post](#), 28/03/2019; [Business Ghana](#), 28/03/2019.

Equador estreita relações com instituições financeiras internacionais

O mês de março marcou a reaproximação do Equador aos organismos financeiros internacionais, mormente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional

(FMI). No início do mês, após um encontro entre o presidente do Equador, Lenín Moreno, e o vice-presidente para a América Latina do Banco Mundial, Axel Van Trostenburg, foi anunciado que o Banco Mundial concederá um crédito de US\$ 1,74 bilhão ao país, em três anos. Esse valor terá por destino o financiamento de programas sociais, representando um aumento de quase três vezes nos recursos destinados a essa área pelo orçamento do Estado. Os programas prioritários a serem contemplados com a expansão do financiamento serão os de assistência a pessoas com deficiências e com doenças terminais, o que inclui auxílio financeiro e atenção médica gratuita especial, em hospitais públicos e à domicílio. No dia 21 de março, o governo equatoriano anunciou um novo acordo, dessa vez com o FMI. O acordo prevê a oferta de US\$ 200 milhões, destinados à implementação de uma reforma trabalhista no país, com vistas à aumentar a oferta de trabalho e a competitividade no mercado. A reforma será conduzida em torno de três eixos fundamentais: a ampliação da participação de mulheres e jovens na força de trabalho, o aumento do período probatório e a redução dos custos de contratação e de demissão de mão-de-obra. O andamento das reformas e os compromissos assumidos pelo país como contrapartida serão avaliados pelo FMI trimestralmente.

Fontes: [La República](#), 06/03/2019; [El Universo](#), 06/03/2019; [El Comercio](#), 25/03/2019; [El Telégrafo](#), 25/03/2019.

Aumentam as críticas à Política Externa do governo Piñera

No mês de março de 2019, aumentaram as críticas da oposição chilena à política externa do governo Piñera. Um grupo de mais de 30 senadores, ex-embaixadores e dirigentes de partidos políticos de oposição criaram o Fórum Permanente de Política Exterior, uma organização que discutirá temas de política externa do país, alegadamente baseada no respeito irrestrito ao direito internacional, na proteção do patrimônio de credibilidade e seriedade da política exterior chilena e comprometida em salvaguardar a democracia e uma política de não alinhamento internacional. Representantes desse grupo assinalaram que o governo está improvisando em política exterior e criticaram a criação do Prosul, por ser uma proposta sem consulta e sem trabalho preparatório prévio. Por meio de um comunicado, o fórum também considerou que o Prosul reproduz uma prática negativa na América Latina de criar organizações para depois suprimi-las com a justificativa de que não funcionam. Assim, mesmo

reconhecendo problemas estruturais da Unasul, sublinharam seus avanços. Além disso, o fórum assinalou que o governo de Maduro é uma ditadura, mas defendeu uma solução pacífica para a crise, destacando iniciativas do México, Uruguai e União Europeia. Do mesmo modo, seis ex-chanceleres chilenos emitiram um comunicado conjunto criticando a política externa chilena do atual governo. Os chanceleres, que fizeram parte dos governos de Eduardo Frei, Ricardo Lagos e Michel Bachelet, assinalaram que nas decisões do Executivo têm predominado a improvisação e a politização da política exterior. Também rejeitaram a formação do Prosul, afirmando ser desnecessária a criação de novos organismos cada vez que mudem os alinhamentos político-ideológicos da região. Além disso, criticaram o governo por não assinar o Acordo de Escazú, sobre cooperação ambiental na região e o Pacto Mundial das Migrações das Nações Unidas (ONU). Criticaram igualmente a viagem que Piñera fez a Cúcuta no mês passado com o fim de acompanhar a entrega de ajuda humanitária à Venezuela. Finalmente, os ex-chanceleres pediram para convocar novamente o Conselho de Política Externa e o Comitê de Ex Ministros de Relações Exteriores, pois essas instâncias não têm sido consultadas sobre várias decisões da política externa, como costumava ser feito.

Fontes: [La Tercera](#), 15/03/2019; [Emol](#), 24/03/2019; [Economía y Negocios](#), 27/03/2019.

PROSUL é lançado com exclusão da Venezuela

Em 22 de março, os presidentes de Argentina, Mauricio Macri, Brasil, Jair Bolsonaro, Chile, Sebastián Piñera, Colômbia, Iván Duque, Equador, Lenín Moreno, Paraguai, Mario Abdo, e Peru, Martín Vizcarra, acompanhados de um representante do governo da Guiana, George Talbot, reuniram-se em Santiago do Chile e assinaram o documento de criação do Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL). Segundo a Declaração de Santiago, trata-se de um “espaço regional de coordenação e cooperação para se avançar em direção a uma integração mais efetiva”, dotado de uma “estrutura flexível” e focado em discussões sobre infraestrutura, energia, saúde, defesa, segurança e manejo de desastres naturais. Para integrá-lo, é necessário que o país conte com “plena vigência da democracia”, “proteção dos direitos humanos” e “respeito à soberania” de outros Estados. O Chile exercerá a presidência pro tempore por 12 meses, que em seguida será ocupada pelo Paraguai. A Venezuela não foi convidada para o encontro, pois,

segundo o chanceler chileno, Roberto Ampuero, o país não vive uma democracia atualmente. Por sua vez, Juan Guaidó, que disputa a posição de presidente venezuelano legítimo contra Nicolás Maduro, foi convidado, porém não compareceu por motivos de agenda. Bolívia, Suriname e Uruguai, cujos governos reconhecem a legitimidade de Maduro, enviaram diplomatas à reunião, mas não assinaram a declaração. Estes três países, somados à Venezuela e à Guiana, são os únicos membros ativos restantes na UNASUL depois que o governo do Equador anunciou a saída deste bloco, em 13 de março, e pediu a posse da sua sede, localizada em Quito. Segundo Lenín Moreno, a UNASUL está paralisada há um ano porque foi contaminada pelos “vícios do socialismo do século XXI”.

Fontes: [El Mercurio](#), 13/03/19; [El Tiempo](#), 22/03/19; [El Espectador](#), 22/03/19; [Brasil](#), 22/03/19; [Sputnik News](#), 22/03/19.

Apagão elétrico aprofunda crise na Venezuela

Ao longo do mês de março, a Venezuela enfrentou cortes no fornecimento de energia elétrica, em diferentes momentos. O principal ocorreu no dia 7 de março e gerou um apagão que durou cerca de uma semana, afetando mais de 80% do território nacional. Serviços de água, transporte, telefonia e internet foram atingidos. O governo ofereceu diversas explicações para o evento. Inicialmente, a vice-presidente, Delcy Rodríguez, afirmou que se tratava de um ataque eletromagnético do governo dos EUA. Jorge Rodríguez, ministro das Comunicações e irmão de Delcy, disse que ocorrera um incêndio criminoso no pátio da usina hidrelétrica de Guri, no estado de Bolívar, causado pela direita venezuelana. O presidente Nicolás Maduro afirmou que havia sido um ataque de fuzil e, depois, afirmou se tratar de um ataque cibernético direcionado por Washington. Por sua vez, a oposição denunciou que o apagão foi resultado de anos de corrupção e abandono da infraestrutura no setor elétrico. O presidente autoproclamado, Juan Guaidó, convocou protestos contra o governo em meio ao blecaute. Guaidó estava em viagem internacional desde o final de fevereiro, quando se encontrou com os presidentes da Colômbia e do Brasil. Antes de retornar à Venezuela, no dia 4 de março, ele também viajou para Argentina, Equador e Paraguai, onde se encontrou com os presidentes de cada um destes países. No dia 21, o serviço de inteligência da Venezuela prendeu o chefe de gabinete de Guaidó, Roberto Marrero, e revistou a casa de um deputado de seu partido, Sergio Vergara.

Marrero é acusado de planejar atos de terrorismo no país. Além disso, no dia 28, a Controladoria Geral da Venezuela inabilitou Guaidó por 15 anos, proibindo-o de concorrer a cargos públicos. O motivo foi uma suposta falsificação em sua declaração de patrimônio, porque ele teria recebido dinheiro de fontes nacionais e internacionais sem declará-las.

Fonte: [Folha de S. Paulo](#), 02/03/2019; [El Nacional](#), 27/03/2019; [El País](#), 28/03/2019; [El Universal](#), 30/03/2019.

Potências extrarregionais agem frente a crise venezuelana

No dia 23 de março, dois aviões russos chegaram à Venezuela, um contendo material bélico e outro transportando uma centena de soldados. Segundo o governo russo, a vinda dos aviões ocorreu no âmbito da parceria técnico-militar entre os dois países. O evento gerou reações do governo estadunidense. O secretário de Estado, Mike Pompeo, acusou a Rússia de agravar a situação no país com sua presença militar, afirmando ainda que Washington não ficaria de braços cruzados diante do ocorrido. No dia 27, o presidente Donald Trump recebeu a esposa de Juan Guaidó, Fabiana Rosales, no salão oval da Casa Branca e afirmou que a Rússia deveria ir embora do país. Disse também que não haveria como fazer mais pressão sobre o governo de Nicolás Maduro, a não ser pela via militar. Paralelamente a isso, o porta-voz da chancelaria chinesa afirmou que os países latino-americanos são soberanos para manterem relações com quem desejarem e não são quintal de ninguém. No dia 29, chegaram à Venezuela 75 toneladas de medicamentos vindos da China. Ainda no dia 21, a Organização de Estados Americanos (OEA) iniciou a discussão sobre a aplicabilidade do princípio da Responsabilidade de Proteger para o caso venezuelano. O Secretário Geral da OEA, Luis Almagro, afirmou que é hora de deixar o discurso e implementar uma iniciativa concreta na crise venezuelana, defendendo que o referido princípio daria base legal para tal. A Responsabilidade de Proteger foi aplicada a situações definidas pelo Conselho de Segurança da ONU como de falência do Estado, onde são considerados os episódios de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Maduro já foi denunciado, por um grupo de países latino-americanos, ao Tribunal Penal Internacional, em setembro de 2018, por supostos crimes contra a humanidade, que teriam sido cometidos durante seu mandato, na repressão a protestos.

Fontes: [El Nacional](#), 24/03/2019; [El Universal](#), 27/03/2019; [El Nacional](#), 27/03/2019; [El País](#), 27/03/2019; [Nexo](#), 29/03/2019.

Comércio de petróleo entre Rússia e Venezuela provoca reação estadunidense

No dia 28 de janeiro, o Departamento do Tesouro dos EUA impôs sanções à empresa Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA), por meio do congelamento de US\$ 7 bilhões e do bloqueio de todos os pagamentos feitos por empresas estadunidenses que comprassem petróleo venezuelano. Neste mês, o governo estadunidense estendeu as sanções ao banco russo Evrofinance Mosnarbank, por suspeitas de que este estaria auxiliando a estatal venezuelana a driblar as restrições financeiras impostas à PDVSA. No Twitter, o ex diretor geral da Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês) e recém empossado secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, afirmou que Cuba e Rússia são também responsáveis pela crise venezuelana, por darem suporte político e econômico ao governo de Nicolás Maduro. Pompeo afirmou ainda que a estatal russa Rosneft também estaria desafiando sanções ao comprar petróleo da PDVSA. Em defesa, a Rosneft alegou que os contratos foram firmados antes da última leva de sanções estadunidense ser adotada, em janeiro, e que caso necessário poderá procurar os tribunais para esclarecimentos. No dia 27 de março, a Câmara dos Deputados dos EUA votou um projeto de lei que obriga o Departamento de Estado a avaliar a suposta ameaça da influência russa na Venezuela, bem como suas implicações para os EUA e seus aliados. A chamada “Lei de Mitigação da Ameaça Russo-Venezuelana” obriga Washington a avaliar “os riscos de segurança representados pela potencial aquisição russa dos ativos de infra-estrutura de energia da petroleira Citgo”. A empresa Citgo é uma subsidiária da PDVSA, sendo esta a principal acionista daquela. O congresso estadunidense solicita que o Departamento de Estado forneça “uma avaliação de ameaças e uma estratégia para combater a influência russa na Venezuela”. Em resposta à aprovação do projeto, a porta-voz do governo russo, Maria Zakharova, afirmou que os EUA não vão fazer a Rússia reverter sua posição de apoiar as autoridades legítimas na Venezuela por meio de ameaças de sanções ao país.

Fontes: [Wall Street Journal](#), 11/03/2019; [Bloomberg](#), 11/03/2019; [The Moscow Times](#), 12/03/2019; [Tass](#), 13/03/2019.

Ciclone Idai atinge o sudeste da África

Em março de 2019, o Ciclone Idai atingiu Malauí, Moçambique e Zimbábue. A passagem da tormenta causou a morte de mais de 800 pessoas, deixando centenas de desaparecidos e afetando a vida de 2,6 milhões de pessoas, bem como a prestação de serviços básicos e a infraestrutura. Moçambique, um dos países mais afetados, tem contado com o apoio humanitário internacional, principalmente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e dos EUA, além de ONGs como a Oxfam. Como consequência, há enorme dificuldade de acesso à água potável, hospitais e centros de saúde, bem como proliferação de doenças e, mais recentemente, um surto de cólera que já registra mais de 500 casos somente no país. Beira, cidade de moçambicana, com cerca de 500 mil habitantes, está com 90% de seu território debaixo d'água. No Zimbábue, a maior parte das cidades só está acessível por meio de helicópteros. O Brasil ofereceu ajuda humanitária a Moçambique, enviando um contingente do corpo de bombeiros que trabalhou no crime ambiental de Brumadinho, ocorrido em Minas Gerais no final de janeiro de 2019. O governo brasileiro também prometeu enviar 870 quilos de remédios ao longo do mês de abril. Além disso, o Brasil decidiu enviar € 100 mil (o equivalente a US\$ 112,4 mil) para o país africano, o que causou decepção por parte da opinião pública moçambicana. “Fiquei espantado com a quantia [...] que foi doada pelo Brasil a Moçambique. Não corresponde à relação histórica e afetiva entre os dois países e ao desejo dos brasileiros de contribuir”, afirmou o escritor moçambicano Mia Couto. A doação será feita por meio de fundo solidário a ser criado no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e será somada ao apoio anterior oferecido pelo governo brasileiro.

Fontes: [Oxfam](#), 20/03/2019; [RFI](#), 23/03/2019; [Agência Brasil](#), 25/03/2019; [Agência Brasil](#), 28/03/2019; [G1](#), 28/03/2019; [Xapuri](#), 31/03/2019; [R7](#), 01/04/2019.

SADC realiza conferência em solidariedade ao Saara Ocidental

Nos dias 26 e 27 de fevereiro, em Pretória, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) organizou uma conferência em apoio à autodeterminação do Saara Ocidental. No discurso de abertura, o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, destacou a importância do evento como

reflexo do compromisso da SADC e de outros países africanos, para uma solução justa e duradoura para a situação no Saara Ocidental. O evento ocorreu dias após mais uma rodada de negociações da ONU sobre o tema, em Genebra, Suíça. Por mais de uma vez, os esforços das Nações Unidas não alcançaram os resultados esperados em intermediar um acordo sobre o território do deserto, disputado entre o Marrocos e a Frente Polisário, movimento de libertação nacional que luta pela independência da República Saaraui - Estado parcialmente reconhecido internacionalmente que reivindica soberania sobre todo o território do Saara Ocidental. A região é ex-colônia espanhola e foi ocupada em 1975 pelo Marrocos, após o acordo tripartite entre Espanha, Marrocos e Mauritânia – este que abriu mão dos territórios em 1979. A Frente Polisário tem apoio de vários Estados africanos, em especial a África do Sul e a Argélia, principal país de destino para refugiados saaraui. Porém, em resposta ao evento da SADC, o Marrocos organizou uma conferência paralela com o apoio da Jordânia, o que gerou críticas fortes do partido no poder na África do Sul, o Congresso Nacional Africano (CNA). Gwede Mantashe, presidente do CNA, acusou o governo do Marrocos de pagar delegações africanas para esvaziar a conferência do SADC. Mantashe foi além, e disse que o Marrocos comprou o apoio de maior parte dos Estados africanos para entrar na União Africana em 2017. O momentum de discussão da temática nas Nações Unidas parece levar a uma escalada das tensões em um tema que envolve importantes potências regionais do continente africano.

Fontes: [Reuters](#), 18/03/2019; [News 24](#), 25/03/2019; [DIRCO](#), 26/03/2019; [ReliefWeb](#), 26/03/2019; [SADC](#), 27/03/2019; [Morocco News](#), 29/03/2019

Presidente mexicano sugere pedido de desculpas aos povos originários pela colonização

No dia 01 de março, o presidente mexicano, Manuel López Obrador, enviou uma carta ao Rei da Espanha e ao Papa Francisco, sugerindo que ambos deveriam pedir desculpas aos povos originários do México pelas consequências da colonização. Em vídeo divulgado na sua conta oficial do Facebook, no dia 25 de março, López Obrador afirmou que a chamada “conquista do México” foi realizada com a espada e a cruz, edificando igrejas em cima de templos dos povos originários. A carta antecede o momento simbólico, uma vez que em 2021 se completa 500 anos da queda da Grande Tenochtitlán, sede do Impé-

rio Asteca, atual Cidade do México. No mesmo ano, são celebrados 200 anos da independência mexicana. De acordo com o presidente do México, é a oportunidade de uma reconciliação histórica entre os países e as instituições. A Espanha rechaçou a divulgação do envio da carta e afirmou que não se pode analisar a história com concepções contemporâneas. O governo espanhol afirmou que continuará construindo relações favoráveis com o México. Em relação ao posicionamento do próprio México, López Obrador também ressaltou que o Estado mexicano deve desculpas aos povos originários do país pelo extermínio cometido e fez alusão aos imigrantes chineses perseguidos durante a Revolução Mexicana.

Fontes: [Reuters](#), 25/03/2019; [El País](#), 25/03/2019; [La Nación](#), 26/03/2019; [La Jornada](#), 27/03/2019.

AMLO é acusado de estar aderindo à agenda migratória de Trump

No mês de março, iniciou-se uma polêmica em torno do posicionamento do governo mexicano na agenda de migração. O atual presidente do país, Andrés Manuel López Obrador (AMLO), foi eleito defendendo uma plataforma de governo que priorizava os direitos das minorias políticas e era oposta a agenda de Trump no que tange a regulação de fronteiras. Contudo, AMLO vem implementando uma série de medidas que visam conter a migração de mexicanos e centro-americanos através de projetos de desenvolvimento como a criação de uma zona de livre comércio na fronteira norte. Paralelamente, o governo tem reforçado a segurança nos pontos fronteiriços e, no dia 02 de março, foi noticiado que o México adotou o Protocolo de Proteção de Migrantes. Em contrapartida, integrantes do governo de AMLO alegam que fora uma decisão estratégica. De acordo com o presidente mexicano, foi a maneira encontrada para garantir a integridade dos migrantes deportados, e acrescentou que a ação segue no sentido de gerar precedentes para questionamentos judiciais à política de Trump, junto a organizações da sociedade civil estadunidense. No entanto, este posicionamento tem gerado diversas críticas por parte de militantes da causa migratória. Organizações alegam que este protocolo despeja migrantes no México, país em crescente violência, e dificulta o acesso à justiça. Melissa Vertiz, defensora dos direitos humanos mexicana, declarou que o país continua cumprindo a agenda migratória estadunidense, que é conter o fluxo mexicano. Mas ao que parece esta medida não é suficiente para Trump. No dia 29 de março, o presidente dos EUA ameaçou

fechar a fronteira com o México na primeira semana de abril, caso o país vizinho não impeça totalmente a migração, que o governo de Trump denomina como ilegal. Foram mais de 100 mil migrantes impedidos de cruzar a fronteira entre os dois países no mês de março.

Fontes: [Tribuna](#), 02/03/2019; [Vanguardia](#), 02/03/2019; [Secretaria de Relaciones Exteriores](#), 03/03/2019; [RT](#), 12/03/2019; [Sputnik](#), 29/03/2019.

Diálogo entre China e EUA avança, mas um acordo comercial ainda parece distante

No dia 28 de março, representantes de China e EUA conseguiram avançar os diálogos e demonstrar que seus governos estão dedicados fechar a “guerra” comercial, que aconteceu por oito meses, até ser suspensa em dezembro de 2018, quando os dois governos decidiram começar a negociar. O principal entrave é relacionado ao déficit comercial dos EUA, ocasionado pelo rápido crescimento chinês, além do mecanismo de fiscalização para lidar com reclamações estadunidenses sobre práticas comerciais injustas, como subsídios industriais, e questões de propriedade intelectual, como a transferência de tecnologia. Ao longo do mês de março, a China apresentou algumas ações para diminuir essas questões, como concordar em ampliar a compra de produtos agrícolas dos EUA e a aprovação da lei de investimento estrangeiro. Ainda, as sanções que estavam previstas para esse mês foram suspensas, como as tarifas extras em veículos e autopeças dos EUA e o adiamento do prazo para aumentar US\$ 200 bilhões em tarifas de produtos chineses. Outra questão percebida nessa última rodada foi a grande preocupação em relação ao uso de palavras para escrever as resoluções, já que estas não terão uma versão em chinês.

Fontes: [Aljazeera](#), 04/03/2019; [Aljazeera](#), 15/03/2019; [BBC](#), 18/03/2019; [South China Morning Post](#), 28/03/2019; [South China Morning Post](#), 29/03/2019; [South China Morning Post](#), 29/03/2019.

Erdoğan lida com conjuntura delicada por conta das eleições locais

O governo turco enfrentou alguns desafios no período anterior às eleições, que foram realizadas no dia 31 de março. A crise econômica, atrelada à inflação recorde e ao aumento do desemprego, que se esten-

de há meses, provoca crescente descontentamento da população. Além disso, Recep Tayyip Erdoğan, líder do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP, na sigla em turco), também precisou lidar com relatórios internacionais que manifestaram perspectivas negativas sobre a Turquia. Tanto os EUA quanto o parlamento europeu prepararam documentos que tiveram seus conteúdos desaprovados pelo presidente Erdoğan. No último final de semana de março, cerca de 57 milhões de turcos carimbaram quatro cédulas eleitorais, para eleger representantes em quatro níveis. Havia candidatos de 12 partidos para atuar nas províncias, nos distritos e nas cidades. Além deles, mais de 50 mil líderes de bairros, sem filiação partidária, foram eleitos. Desde que chegou ao poder, o AKP não perdeu nenhuma eleição no país, mas a atual conjuntura turca trouxe receio ao chefe de Estado, que participou de 102 comícios em 50 dias. Uma das maiores fontes de insegurança do presidente eram Ankara e Istambul, o coração econômico e demográfico do país, onde a hegemonia do partido se viu abalada durante a corrida eleitoral. A apuração do voto nas 30 principais metrópoles foi acirrada e, diferente das outras eleições, os cidadãos não obtiveram o resultado antes do fim do dia. Na manhã seguinte, foi publicada a vitória da oposição em províncias estratégicas. Por exemplo, o Partido Republicano do Povo (CHP, na sigla em turco) foi vitorioso em Ankara, Antália e Izmir. Em Istambul, apesar da vitória do CHP, Erdoğan entrou com um processo no Tribunal Superior Eleitoral (YSK, na sigla em turco), alegando fraudes e sugerindo mudanças no processo de apuração das cédulas eleitorais. Apesar disso, a coalisão do AKP com o Partido de Ação Nacionalista (MHP, na sigla em turco) conquistou 51, 6% do total de votos.

Fontes: [Hurriyet](#), 02/03/2019; [TRT](#), 25/03/2019; [TRT](#), 27/03/2019; [Istoe](#), 30/03/2019; [TRT](#), 31/03/2019; [CNBC](#), 31/03/2019; [Aljazeera](#), 31/03/2019; [Hurriyet](#), 01/04/2019.

8M: Mulheres reivindicam seus direitos com força pelo mundo

No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, milhares de mulheres saíram às ruas em uma manifestação global para reivindicar seus direitos de igualdade de gênero e o fim das violações de direitos humanos em que estão submetidas, como na China, onde mulheres traficadas de regiões precárias de Mianmar são vendidas e estupidadas até engravidarem e doarem seus bebês a famílias chinesas, ou na Espanha, onde o Partido Popular (PP) propõe uma lei que permite anistiar migrantes grávidas se elas derem

seus filhos para adoção. Esses são apenas dois entre tantos outros exemplos que levaram mulheres à greve internacional que ficou conhecida como “8M” e que ocorreu na Argentina, Brasil, Espanha, EUA, Grécia, Guatemala, México, Nicarágua, Polônia, Turquia, entre outros. No México, em Ciudad Juárez, outra manifestação também foi expressiva, com a presença de jornalistas, ativistas políticos e o Fiscal General do Estado (Fiscalía General de Estado, em espanhol), que se uniram para pedir justiça pelo crime contra Miroslava Breach, jornalista que teria sido morta há dois anos por criminosos em conspiração com políticos corruptos. Neste mês, também “viralizou” o caso de Nasrin Sotoudeh, advogada iraniana, defensora dos direitos das mulheres, que foi condenada, em 11 de março, a cumprir 38 anos de prisão e 148 chibatadas pela justiça iraniana, por ter defendido outras mulheres iranianas ativistas que retiraram seus véus como forma de protesto em manifestações.

Fontes: [Huffpost](#), 08/03/2019; [El Diario](#), 13/03/2019; [Front Line Defenders](#), 21/03/2019; [Human Rights Watch](#), 21/03/2019; [La Jornada](#), 24/03/2019.

Diversos movimentos sociais clamam por justiça

A luta por justiça socioambiental cresce na tentativa de responder aos constantes ataques promovidos pela política extrativista neoliberal, mas os principais protagonistas desse combate são cada vez mais perseguidos. Dilma Ferreira, coordenadora regional do Movimento dos Atingidos por Barragens, foi assassinada em Tucuruí (PA), porém os movimentos continuam. A Articulação Regional de Afrodescendentes nas Américas e no Caribe se reuniu para rechaçar a perseguição da ativista hondurenha Mirian Miranda, citada e ameaçada em inquéritos. No dia 14 de março, mulheres paralisaram o trem da Vale em Minas Gerais, denunciando as relações capitalistas, que ameaçam suas vidas, e prestaram homenagens as que não estão mais presentes fisicamente. Na Colômbia, desde o dia 10 de março, 15 mil indígenas estão ocupando estradas em Cauca, exigindo respeito aos acordos de proteção e consulta das atividades de mineração em seus territórios. Por memória, verdade e justiça de todos os desaparecidos na ditadura, mais de 150 mil pessoas marcharam por toda a Argentina no dia 24 – aniversário do golpe cívico-militar de 1976. Desde o final de fevereiro, importantes marchas em toda a Argélia têm mostrado a insatisfação com o atual presidente autoritário, que deseja candidatar-se mais uma vez, com o apoio das forças armadas. As mobilizações têm sido

as maiores desde o período de libertação do país. Por solidariedade e contra o Imperialismo, foi inaugurada a Assembleia Internacional dos Povos, em Caracas, com a participação de mais de 85 países.

Fontes: [Movimentos](#), 02/03/2019; [Movimentos](#), 06/03/2019; [Movimentos](#), 14/03/2019; [La Tinta](#), 21/03/2019; [Brasil de fato](#), 22/03/2019; [La Tinta](#), 22/03/2019; [La Tinta](#), 25/03/2019.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

